

Foresea S.A. | CNPJ/MF Nº 37.964.448/0001-35



RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES: Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das principais notas explicativas. Permanecemos à disposição de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários. **A ADMINISTRAÇÃO.**

Balancos patrimoniais – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 – Em milhares de reais

Ativo	Nota	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	17.691	17.541	Excessivo de arrendamento	10 b	5.506	4.002
Contas a receber	7	200.907	147.822	Fornecedores	13	86.072	82.964
Tributos a recuperar	8	84.613	93.585	Tributos a recolher	8	23.694	30.850
Adiantamentos a fornecedores		22.810	36.570	Obrigações sociais e trabalhistas	14	133.995	118.145
Despesas antecipadas		8.002	1.077	Partes relacionadas	9	7.561	15.618
Partes relacionadas	9	267.985	150.509	Provisões		-	1.640
Outros ativos		19.989	2.472	Outros passivos		6.720	20
Total circulante		621.997	449.576	Total circulante		263.448	253.239
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Passivo de arrendamento	10 b	6.811	10.614
Outros ativos		3.813	3.622	Provisão para contingências	15 a	15.677	17.037
		3.813	3.622	Total não circulante		22.488	27.651
Investimentos	11	-	148.300	Patrimônio líquido			
Intangível	12	26.424	38.168	Capital social	16 a	13.600	13.600
Imobilizado		13.006	12.508	Reserva de capital	16 b	640.615	640.615
Direito de uso	10 a	10.257	13.882	Ajuste de avaliação patrimonial	16 c	-	28.229
Total não circulante		50.500	215.892	Prejuízo acumulado		(264.654)	(298.078)
Total do ativo		672.497	665.256	Total do patrimônio líquido		389.561	384.366
				Total do passivo e patrimônio líquido		672.497	665.256

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido – Período de 1º de janeiro a 31 de dezembro – Em milhares de reais

Em 1º de janeiro de 2024	Nota	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Aumento de capital e reserva de capital	16 al b	1.000	533.115	(10.429)	(71.104)	464.182
Transações com acionistas	9/11	-	107.500	-	(210.207)	(92.707)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(16.767)	(16.767)
Baixa de ajuste de conversão de moeda de controlada no exterior por venda		-	-	(1.196)	-	(1.196)
Ajuste de conversão de moeda de controlada localizada no exterior	11	-	-	39.854	-	39.854
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	38.658	(16.767)	21.891
Em 31 de dezembro de 2024		13.600	640.615	28.229	(298.078)	384.366
Transações com acionistas	9/11	-	-	-	1.008	1.008
Lucro do exercício		-	-	-	32.416	32.416
Baixa de ajuste de conversão de moeda de controlada no exterior por venda		-	-	(14.174)	-	(14.174)
Ajuste de conversão de moeda de controlada localizada no exterior	11	-	-	(14.055)	-	(14.174)
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	(28.229)	32.416	4.187
Em 31 de dezembro de 2025		13.600	640.615	-	(264.654)	389.561

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024 – Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações corporativas: 1.1 **Informações da Companhia** - A Foresea S.A. ("Foresea S.A." ou "Companhia") com sede na Cidade do Rio de Janeiro (Brasil), foi constituída em 29 de junho de 2020, inicialmente denominada como Ocyan Drilling S.A. Em 26 de março de 2024, a Companhia alterou sua denominação social para Foresea S.A. A Companhia é controlada pela AIAS Holding GmbH ("AIAS"), sediada em Viena (Áustria), tendo como controladora final a Foresea Holding S.A. ("Foresea"), sediada na Cidade de Luxemburgo (Luxemburgo). A Foresea é a empresa líder do Grupo Foresea ("Grupo"). A Foresea S.A. atua na prestação de serviços de operação de unidades próprias do Grupo e de terceiros destinados à exploração, desenvolvimento e produção de poços de petróleo e gás, bem como locação de equipamentos diversos aplicados nas atividades relacionadas com a exploração e a produção de petróleo e gás. São cinco as unidades próprias no Grupo com contratos atuais de operação com a Companhia, junto à Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras"), além de contratos com terceiros, firmados atualmente com três diferentes entidades jurídicas dentro do Grupo PRIO ("Grupo PRIO"), conforme descrito a seguir: **Serviços de operação em unidades próprias, concomitantemente com serviço de afretamento realizado pelas empresas do Grupo Foresea:** ODNI - desde outubro de 2023 já estava sendo executado o contrato com a Petrobras por um período de 1.095 dias, até o final de 2026. ODNI - desde 2022 já está executando um contrato em vigor com a Petrobras, com término previsto inicialmente para março de 2024. No entanto, o contrato sofreu diversas prorrogações, permanecendo válido até março 2026. A partir dessa data, poderá ocorrer uma paralisação das atividades para permitir a transação para o novo contrato, assinado em dezembro de 2022, com duração de 1.095 dias (até 2029) e cuja data inicial foi adiada para coincidir com o término do contrato anterior. NORBE VI - a Companhia assinou um contrato com a Petrobras pelo período de 1.095 dias, iniciando em novembro de 2023 até o final de 2026. NORBE VIII - desde 2022, a Companhia já tinha um contrato com a Petrobras que foi renovado por um prazo de 1.095 dias. O início da operação ocorreu em dezembro de 2024 até o final de 2027. NORBE IX - a Companhia tem contrato com a Petrobras pelo período de 1.095 dias, de janeiro de 2022 a janeiro de 2025, sendo estendido até janeiro de 2026, quando ocorrerá uma parada programada para manutenção antes do início do novo contrato, assinado em dezembro de 2024, que também terá duração de 1.095 dias e deverá iniciar suas atividades em março de 2026, com a possibilidade de prorrogação até o final de 2029. **Serviços de operação em unidades de terceiros:** HUNTER QUEEN - em dezembro de 2022, foi assinado um contrato para a operação da unidade semissubmersível denominada Hunter Queen, com prazo total de 730 dias, finalizando em junho de 2024. Após essa data foi estendida com previsão até junho de 2026. POLVO A - em dezembro de 2024, foi assinado um contrato para atividades de prestação de serviços de operação de uma plataforma fixa denominada Polvo A, com previsão de finalização para 2030. PEREGRINO A, B e C - contratos firmados para serviço de operação de três plataformas fixas, denominadas Peregrino A, Peregrino B e Peregrino C, vigentes de novembro de 2025 a novembro de 2030. Vale destacar, que a Foresea S.A. até agosto de 2025, parte das atividades era realizada por meio de sua subsidiária, cujos resultados foram consolidados até a data da perda de controle, conforme descrito na Nota 1.4. A Companhia encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 com lucro de R\$ 32.416 (Prejuízo de R\$ 16.767 - 2024) e importante destacar que o ativo circulante excedia o passivo circulante no montante de R\$ 358.549 (R\$ 196.337 - 2024). **1.2 Estrutura societária e venda de subsidiária** - Em 29 de agosto de 2025, a empresa Foresea S.A. detinha participação societária em subsidiária no exterior, Foresea Drilling Services Ltd. ("FDSL"), que nesta data foi realizada a transferência e venda integral da participação societária na FDSL para AIAS, que passa a ser a controladora da FDSL. A transação foi realizada pelo valor contábil da entidade, no montante de R\$ 132.111, não tendo resultado em ganho ou perda na transação. O valor da venda foi integralmente liquidado ao longo do exercício de 2025, com quitação total até dezembro de 2025. Em decorrência de reorganização societária ocorrida no curso do exercício, a Companhia deixou de deter controle sobre a entidade, não possuindo empresa investida em 31 de dezembro de 2025. Os resultados das operações da subsidiária foram consolidados nas demonstrações financeiras até a data da perda de controle, conforme previsto no CPC 36/ (IFRS 10). **1.3 Movimentações societárias** **1.3.1 Movimentações societárias ocorridas em 2025** - (i) **Transferência da unidade semissubmersível denominada "FDSL"** para a Companhia em 29 de agosto de 2025, a Companhia transferiu a totalidade de sua participação societária na subsidiária FDSL para sua controladora direta AIAS, resultando na perda de controle da referida entidade. A FDSL, constituída em 19 de novembro de 2020 e sediada nas Ilhas Cayman, tinha como atividade principal a prestação de serviços relacionados ao setor de óleo e gás no exterior. Em decorrência dessa transação, a Companhia deixou de consolidar a FDSL a partir da data da perda de controle. **1.3.2 Movimentações societárias ocorridas em 2024** - (i) **Transferência da subsidiária Foresea Drilling United Kingdom Ltd ("FDUK") para AIAS** - Em 7 de novembro de 2024, a Companhia cedeu, transferiu e vendeu a totalidade de suas quotas da subsidiária Foresea Drilling United Kingdom Ltd ("FDUK") para a empresa AIAS, sua controladora direta. A FDUK foi adquirida em 04 de março de 2022 e sediada no Reino Unido. Tendo como atividade principal a prestação de serviços relacionados ao setor de óleo e gás no exterior. A partir da data citada, deixou de ser investida da empresa Foresea S.A. **2 Resumo das principais políticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2 Consolidação** - Até agosto de 2025, a Companhia consolidava integralmente as demonstrações financeiras de sua subsidiária, conforme os critérios estabelecidos no CPC 36/ (IFRS 10) - Demonstrações Consolidadas. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía controladas e, portanto, não apresentou demonstrações financeiras consolidadas nessa data. A interrupção da consolidação decorreu da perda de controle da subsidiária em agosto de 2025, conforme previsto no CPC 36 (IFRS 10) - Demonstrações Consolidadas, conforme descrito na Nota 1.2. **2.3 Conversão de moeda estrangeira** - (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação** - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais "R\$", que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação. (b) **Transações e saldos** - As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. As variações cambiais sobre ativos e passivos financeiros são classificadas como "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras", respectivamente. (c) **Empresa com moeda funcional diferente** - Até a data da perda de controle ocorrida em agosto de 2025, a Companhia consolidava subsidiária localizada no exterior cuja moeda funcional era diferente da moeda de apresentação das demonstrações financeiras. Os resultados e a posição financeira dessa subsidiária, cuja moeda funcional não correspondia à moeda de uma economia hiperinflacionária (Dólar norte-americano), foram convertidos para a moeda de apresentação da Companhia, conforme descrito a seguir: (i) Os ativos e passivos foram convertidos pela

taxa de câmbio de fechamento vigente na data do balanço, enquanto as contas do patrimônio líquido foram mantidas pelas taxas das datas das respectivas mutações. (ii) As receitas e despesas foram convertidas pelas taxas médias de câmbio do período. (iii) As diferenças de câmbio resultantes da conversão foram reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido, na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial". Na consolidação realizada até a data da perda de controle, o montante acumulado do ajuste de conversão registrado em outros resultados abrangentes foi reclassificado para o resultado do exercício, como parte do ganho ou perda na alienação do investimento, conforme requerido pelo CPC 02/ (IAS 21) e CPC 36/ (IFRS 10). A moeda funcional da entidade (FDSL) incluída nas demonstrações financeiras até a data da perda de controle em Dólar norte-americano. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui operações no exterior nem investimentos em subsidiárias, razão pela qual não há saldos sujeitos à conversão cambial na data-base. **2.4 Caixa e equivalentes de caixa** - No balanço patrimonial, caixa e equivalentes de caixa compreendem o caixa disponível (ou seja, numerário em caixa e depósitos à vista) e os equivalentes de caixa. Os equivalentes de caixa correspondem a aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um risco insignificante de alteração do valor. Os equivalentes de caixa são mensurados para atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para fins de investimento ou outros propósitos. **2.5 Contas a receber** - As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços e fornecimento de bens no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber devem ser classificadas no ativo circulante. Caso contrário, devem ser apresentadas no ativo não circulante. Um conta a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ver Nota 1.4 (a) quanto à avaliação de risco de crédito. **2.6 Despesas antecipadas** - Despesas antecipadas correspondem a recursos financeiros aplicados em despesas pré-pagas, como prêmios de seguros, cujo direito a benefícios ou serviços ocorrerá em períodos futuros. **2.7 Leasing** - A Companhia avalia no início do contrato se um contrato é, ou contém, um arrendamento. Isto é, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **2.7.1 Locatário** - A Companhia aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração a todos os arrendamentos, incluindo arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece passivos de locação para efetuar pagamentos de locação e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Direito de uso** - A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui custos de arranjos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. **Passivo de arrendamento** - Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação na medida do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento). **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor** - A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.8 Ativos intangíveis** - As licenças de software adquiridas e investimentos em implantação de sistemas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados em cinco anos, conforme prazo da licença de uso ou início de operação dos sistemas implantados. Os custos associados ao desenvolvimento de softwares são reconhecidos como despesas com determinados. **2.9 Imobilizado** - O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e aqueles necessários para construir e preparar os ativos para o uso pretendido. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Vida útil

Edificações	25 anos
Móveis e utensílios	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
A depreciação dos ativos se inicia quando este está disponível para uso, ou seja, quando está no local e em condição de funcionamento na forma pretendida pela Administração. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. 2.10 Impairment de ativos não financeiros - Os ativos são testados para <i>impairment</i> sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por <i>impairment</i> é reconhecida pelo valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, que representa o maior valor do valor justo do ativo menos seus custos de alienação e seu valor em uso. Não ocorrendo indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, o valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado até a data do balanço. 2.12 Provisões e contingências - As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (<i>constructive obligation</i>) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. Quando a Companhia espera que uma parte ou a totalidade de uma provisão seja reembolsada, por exemplo, ao	

Demonstrações dos resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 – Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2025	2024
Operações continuadas			
Receita líquida	17	1.668.485	1.531.528
Custo dos serviços prestados	18	(1.507.600)	(1.393.455)
Lucro bruto		160.885	138.073
Despesas gerais e administrativas	19	(117.228)	(129.824)
Participação no resultado de controladas	11	(2.134)	(2.986)
Outras receitas operacionais		33	(29.193)
Resultado operacional		41.556	(23.960)
Despesas financeiras		(29.445)	(13.179)
Receitas financeiras		30.677	20.372
Resultado financeiro, líquido	20	1.232	7.193
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro		42.788	(16.767)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	21	(10.372)	-
Lucro/(Prejuízo) do exercício		32.416	(16.767)
Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por lote de milhões atribuíveis aos acionistas da Companhia – em reais		2.383.53	(1.232.87)

Demonstrações dos resultados abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 – Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Lucro/(Prejuízo) do exercício		32.416	(16.767)
Ajuste de conversão de moeda de controlada localizada no exterior	11	(14.055)	39.854
Baixa de ajuste de conversão de moeda de controlada no exterior por venda		(14.174)	(1.196)
Total do resultado abrangente do exercício		4.187	21.891

Demonstrações dos fluxos de caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 – Em milhares de reais

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro	42.788	(16.767)
Participação no resultado de controladas	2.134	2.986
Depreciação e amortização	20.744	19.603
Provisão para contingências	(1.360)	3.044
Provisões	(1.640)	(1.973)
Resultado financeiro, líquido	(1.232)	(3.699)
	61.434	3.194

Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(58.991)	(23.702)
Tributos a recuperar	12.817	(41.343)
Despesas antecipadas	(6.925)	(195)
Partes relacionadas	(112.140)	(236.016)
Adiantamento a fornecedores	13.760	(17.211)
Outros ativos	(17.708)	3.794
Fornecedores	3.108	(27.190)
Tributos a recolher	(17.528)	563
Obrigações sociais e trabalhistas	15.750	32.980
Outros passivos	(3.298)	-
Caixa líquido aplicado nas operações	(109.719)	(305.123)

Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições de investimentos	-	(5.016)
Venda de investimentos	132.111	8.349
Adições de ativo imobilizado	(4.892)	(1.043)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	127.219	2.290
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Terceiros		
Pagamento de passivo de arrendamento	(5.910)	(5.550)
Partes relacionadas	(11.440)	86.280
Dos acionistas		
Aumento de capital	-	1.000
Aumento de reserva de capital	-	107.500
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	(17.350)	189.230
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	150	(113.603)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	17.541	131.144
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	17.691	17.541

Transação não caixa – 2025:

(i) Adição de direito de uso no montante de R\$ 1.781 em contrapartida a passivo de arrendamento.

Transação não caixa – 2024:

(ii) Adição de direito de uso no montante de R\$ 1.545 em contrapartida a passivo de arrendamento.

Inclui: Provisões e outros passivos

abrigo de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a uma provisão é apresentada na demonstração do resultado líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for material, as provisões são descontadas usando uma taxa corrente antes de impostos que reflita, quando apropriado, os riscos específicos do passivo. Quando é utilizado o desconto, o aumento da provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Um passivo contingente representa uma obrigação possível dependendo da ocorrência de algum evento futuro incerto ou uma obrigação presente, mas o pagamento não é provável ou o valor não pode ser mensurado com segurança. Não é registrado na demonstração da posição financeira e está sujeito a divulgação nas notas explicativas. Um ativo contingente representa um possível ativo que surge de eventos passados, e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da Companhia. De acordo com o CPC 25/ (IAS 37), a Companhia não reconhece um ativo contingente e está sujeito a uma divulgação na nota quando é provável uma entrada de benefícios econômicos. **2.13 Reconhecimento de receita** - A receita de prestação de serviço é reconhecida quando da conclusão dos serviços, de acordo com as taxas diárias contratadas e o número de dias em que os serviços estiverem operacionais durante o período. Adicionalmente, o Grupo pode gerar receitas decorrentes da preparação e mobilização de equipamentos (unidades de perfuração) e de pessoal. Para as obrigações de desempenho satisfetas ao longo do tempo, o Grupo reconhece a receita por meio da seleção de um método apropriado para mensurar o progresso em direção à satisfação completa da obrigação de desempenho, considerando a condição de que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios proporcionados pelo desempenho do Grupo à medida que o Grupo executa os serviços. A receita é apresentada líquida de tributos, abatimentos e descontos, bem como, nas demonstrações consolidadas, líquida das eliminações de vendas entre as Companhias. Vide Nota 17 - "Receita".

CONTINUAÇÃO

Foresea S.A.

CNPJ/MF Nº 37.964.448/0001-35



no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira, contas a receber, partes relacionadas e outros ativos. **(b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Os ativos desta categoria incluem aplicações financeiras. **2.17.3 Desreconhecimento** - Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso, também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **2.17.4 Impairment de ativos financeiros** - A Companhia avalia a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, não acompanha as alterações no risco de crédito, mas avalia a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. **2.18 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge** - A Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar sua exposição a riscos financeiros, principalmente risco de taxa de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que os contratos são celebrados e, posteriormente, reavaliados pelo valor justo ao final de cada período de reporte. As variações no valor justo desses instrumentos são reconhecidas no resultado financeiro do exercício, exceto quando designados e qualificados como instrumentos de hedge para fins de hedge accounting, de acordo com as normas contábeis aplicáveis. A Companhia pode designar derivativos como instrumentos de hedge em relações de hedge de fluxo de caixa, desde que sejam atendidos os requisitos formais de documentação e de efetividade estabelecidos pelas normas contábeis aplicáveis. Contudo, no exercício em análise, os instrumentos financeiros derivativos contratados não foram designados como instrumentos de hedge para fins de hedge accounting e, portanto, os ganhos e perdas decorrentes dessas operações foram reconhecidos diretamente no resultado do exercício. Durante o exercício de 2025, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos na forma de contratos de *Non Deliverable Forward* (NDF), com vencimentos mensais, com o objetivo de mitigar a exposição às variações cambiais relacionadas a determinados fluxos financeiros, conforme descrito na Nota 4.b.1 Risco de variação cambial. Todos esses contratos foram liquidados ao longo do exercício. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos em aberto. **2.19 Benefícios a empregados** - **(a) Participação nos resultados** - A Companhia reconhece um passivo e uma despesa referentes à participação nos resultados dos funcionários com base em uma metodologia, que leva em conta o lucro atribuível a Companhia, além de métricas de desempenho qualitativas e financeiras, bem como os objetivos individuais dos funcionários, que são definidos anualmente. Essa provisão é definida mensalmente e reavaliada no final do ano com base na melhor estimativa dos objetivos alcançados, conforme estabelecido no processo de planejamento anual. **(b) Obrigações de aposentadoria** - A Companhia mantém convênio de adesão com a Vexty, entidade fechada de previdência privada, constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A Vexty proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes, e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras. No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da Vexty estão limitadas ao valor atualizado das quotas de participação. Nos termos do regulamento do plano de contribuição definida, não se poderá exigir nenhuma contribuição em pagamento por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de R\$ 18.745 e R\$ 10.603, respectivamente. A Administração avaliou e concluiu tratar-se de plano de contribuição definida em que o risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, para fins de aplicação do CPC 331 (IAS 19) - Benefícios a empregados. **2.20 Novas normas contábeis emitidas e com vigência aplicável a partir de 2025** - Emenda à IAS 21 - *Loss of Exchangeability*. A moeda funcional e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras da Foresea S.A. são o Real brasileiro. Até a data da perda de controle ocorrida em agosto de 2025, a Companhia consolidava subsidiária no exterior cuja moeda funcional era o dólar norte-americano; dessa forma, seus ativos, passivos e resultados foram convertidos para reais durante o processo de consolidação, de acordo com o CPC 02/ (IAS 21). Os efeitos decorrentes dessa conversão, incluindo o reconhecimento em outros resultados abrangentes e a posterior reclassificação do ajuste acumulado de conversão para o resultado do exercício na data da perda de controle, bem como a correspondente exposição ao risco cambial, estão divulgados nas Notas explicativas aplicáveis. Com base nessa avaliação, a Administração conclui que os impactos resultantes da aplicação do CPC 02/ (IAS 21) estão adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras e não afetam de forma significativa a posição financeira ou o desempenho da Companhia. **2.21 Novas normas contábeis emitidas, mas ainda não em vigor**: Na data de emissão desta demonstração financeira, a Companhia não aplicou as seguintes Normas Contábeis IFRS novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não estão em vigor: • IFRS 18 - *Alterações nas divulgações das Demonstrações Financeiras* - A IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras que substituirá a IAS 1, introduz novos requisitos relacionados, principalmente: (i) à apresentação de categorias específicas e subtópicos definidos na demonstração do resultado; (ii) à divulgação, em notas explicativas, de medidas de desempenho definidas pela administração; e (iii) ao aprimoramento dos requisitos de agregação e desagregação das informações apresentadas nas demonstrações financeiras. A norma será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, sujeita a disposições específicas de transição. Dessa forma, a Companhia avalia que a adoção da IFRS 18 poderá gerar impactos futuros na apresentação e divulgação de suas demonstrações financeiras, os quais serão avaliados oportunamente no curso do processo de implementação da referida norma. • *Aprimoramentos anuais às normas IFRS - Volume 11*: os aprimoramentos anuais às Normas IFRS - Volume 11 introduzem esclarecimentos, simplificações e correções pontuais em diversas normas, incluindo IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7, com o objetivo de aprimorar a consistência interna das normas e resolver questões de redação não intencionais. As alterações abordam, entre outros temas, aspectos relacionados à contabilidade de hedge para adotantes pela primeira vez, orientações sobre desreconhecimento, divulgações sobre preços de transação definidos, divulgações de risco de crédito, considerações para o desreconhecimento de passivos de arrendamento e esclarecimentos sobre referências ao preço de transação. Os aprimoramentos são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada. A Administração da Companhia não espera que a adoção desses aprimoramentos gere impactos relevantes em suas demonstrações financeiras, uma vez que as alterações são, em sua maioria, de natureza editorial ou esclarecedora. • *Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros*: As alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 visam aprimorar a clareza e a consistência dos requisitos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. As principais mudanças incluem: (i) esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com características contingentes, incluindo aqueles vinculados a critérios ESG; (ii) definição da data de desreconhecimento de ativos e passivos financeiros e introdução de uma opção de política contábil para o desreconhecimento antecipado de passivos liquidados por meio de sistemas eletrônicos de pagamento; (iii) aprimoramento das orientações para avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais, incluindo instrumentos sem recurso (*non recourse*) e instrumentos contratualmente vinculados; e (iv) inclusão de novos requisitos de divulgação para instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e para instrumentos financeiros com características contingentes. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas** - Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e as premissas que apresentam risco significativo e que podem causar ajustes relevantes nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir. **(a) Vida útil do imobilizado** - Os valores contábeis dos equipamentos são baseados em estimativas, premissas e julgamentos sobre sua vida útil. Estas estimativas, premissas e julgamentos refletem as expectativas da administração em relação ao uso dos equipamentos. Os equipamentos são depreciados

pelo método linear. **(b) Provisão para contingência** - A Companhia avalia e reconhece, quando aplicável, provisão para causas trabalhistas, cível e tributária. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **4 Gestão de risco financeiro: 4.1 Fatores de risco financeiro** - As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo riscos de moeda e de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela Tesouraria da Companhia, segundo Política Financeira aprovada pelo Conselho de Administração. A Tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades de negócio da Companhia. A Política Financeira do Grupo estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. A Política Financeira também veda o investimento em ativos financeiros de caráter puramente especulativo, como por exemplo ações em bolsa, criptomoeças ou derivativos sem fluxo de caixa operacional associado. **(a) Risco de crédito** - O risco de crédito é administrado corporativamente, que decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, empréstimos, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas como nota igual ou superior ao rating soberano no Brasil ou "BB", dos dois o menor, definido pelas agências *Standard & Poor's*. A Companhia obtém contratos de serviço de operação dos navios-sondas das empresas do Grupo com a Petrobras, concomitantemente com os contratos de afretamento: ODN I GmbH, Norbe Six, Norbe Eight e Norbe Nine. O *rating* da Petrobras é "BB" (*Standard & Poor's*) em 31 de dezembro de 2025. **(b) Risco de mercado** - **(b.1) Risco cambial** - A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos. Dessa maneira, o risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A Administração estabeleceu a sua política que visa atuar no mercado de derivativos apenas para proteger fluxos de caixa contratados, excluindo a possibilidade de contratação de operações de caráter especulativo. A empresa contrata operações de *hedge* para fixar taxas flutuantes em operações de captação com "casamento" de prazos, montantes e modalidades de taxa, assim eliminando o risco de descasamento. A empresa contrata também operações para evitar descasamentos entre receitas e despesas em moedas distintas, observando os limites e margens de segurança em sua previsão de fluxo de caixa contratado, logo minimizando impactos cambiais. A Companhia possui ativos e passivos denominados em dólares norte-americanos nos montantes descritos a seguir (apresentados em reais):

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
	US\$	US\$
Ativos financeiros		
Caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	8.761	16.163
Partes relacionadas (Nota 9)	267.985	150.509
	276.746	166.672
Passivos financeiros		
Fornecedores (Nota 13)	-	400
Partes relacionadas (Nota 9)	-	13.392
	-	13.792
Exposição financeira líquida	276.746	152.880
Ativos e passivos não financeiros		
Investimentos (Nota 11)	-	148.300
	-	148.300
Exposição total líquida	276.746	301.180

Os ativos e passivos financeiros demonstrados acima correspondem a transações registradas na Companhia em dólares norte-americanos. Dessa forma, o risco de reconhecimento de ganho e perda no resultado por conta de variação cambial é reduzido. **Gestão do risco cambial** - Como parte de sua estratégia de gestão do risco cambial, a Companhia pode utilizar instrumentos financeiros derivativos, principalmente contratos a termo de câmbio (*Non Deliverable Forwards - NDFs*), com vencimentos de curto prazo, com o objetivo de mitigar a exposição associada a determinados fluxos financeiros. No exercício findo em 2025, tais instrumentos foram utilizados exclusivamente para fins de gestão de riscos e não foram designados como instrumentos de hedge para fins de hedge accounting, sendo seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado do exercício, conforme descrito na Nota 2.18. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos em aberto. **(c) Risco de liquidez** - A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pela Tesouraria do Grupo, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa mínimo suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas e cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial, além de índices de liquidez mínimos exigidos por clientes para participar de novas licitações. O excesso de caixa é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos de curto prazo, operações compromissadas e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem segura conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas. Na data do balanço, segue a posição líquida de ativos e passivos:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Ativos		
Caixa e equivalente de caixa	17.691	17.541
Contas a receber	200.907	147.822
Partes relacionadas	267.985	150.509
Outros ativos (*)	23.729	6.061
	510.312	321.933
Passivo		
Passivo de arrendamento	5.506	4.002
Fornecedores	86.072	82.964
Partes relacionadas	7.561	15.618
Outros passivos	6.720	20
	105.859	102.604
	404.453	219.329

Ativos (passivos) líquidos
 (*) o saldo de adiantamentos está excluído do saldo de "outros ativos".
4.2 Gestão de capital - O Grupo possui e segue a Política Financeira que define as diretrizes para o gerenciamento de riscos e os consequentes impactos na estrutura de capital. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa. O Grupo proíbe a utilização de instrumentos derivativos com o propósito de negociações especulativas, não sendo permitida a obtenção de resultados mediante primariamente a arbitragem de moedas, taxas de juros ou preços de ativos. **4.3 Estimativa do valor justo** - O Grupo considera que os saldos contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, já consideradas eventuais perdas (*impairment*), no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. Para os instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o Grupo adota o CPC 48/(IFRS 9). Os instrumentos financeiros do Grupo não negociados em mercados ativos e seus valores justos são determinados mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Para aqueles que possuem cotação em mercado ativo, a mesma é utilizada como base de apuração de valor justo correspondente.

a) Segue abaixo a movimentação da conta de passivo de arrendamento:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Saldo início do exercício	14.616	16.381
Adições referente a contrato de aluguel	1.781	1.545
Juros sobre passivo de arrendamento (Nota 20)	1.830	2.240
Pagamentos efetuados	(5.910)	(5.550)
Saldo ao final do exercício	12.317	14.616
Passivo circulante	5.506	4.002
Passivo não circulante	6.811	10.614
Total	12.317	14.616

	1º de janeiro de 2025	Capital Adicionado	Perdão Dívida	Baixa por venda (i)	Equivalência Patrimonial	CTA	31 de dezembro de 2025
Subsidiárias em 2025							
FDSL	148.300	-	-	(132.111)	(2.134)	(14.055)	-
	148.300	-	-	(132.111)	(2.134)	(14.055)	-
Subsidiárias em 2024							
FDSL (ii)	321.165	-	(210.207)	-	(1.091)	38.433	148.300
FDUK	3.807	5.016	-	(8.349)	(1.895)	1.421	-
	324.972	5.016	(210.207)	(8.349)	(2.986)	39.854	148.300

(i) Citado em nota 1.2, em 29 de agosto de 2025, a Companhia alienou a totalidade da participação detida na controlada FDSL para a AIAS, conforme contrato de compra e venda. A transação foi realizada pelo valor contábil da investida, apurado com base na posição patrimonial em 31 de julho de 2025 no montante de R\$ 132.111, resultando na baixa integral do investimento, sem reconhecimento de ganho ou perda no resultado. O valor da venda foi integralmente liquidado em caixa até o final do exercício. Em decorrência da alienação, foram reconhecidos os efeitos relacionados à equivalência patrimonial até a data da venda e ao ajuste acumulado de conversão (CTA) anteriormente registrados no patrimônio líquido, baixado contra o resultado financeiro, vide Nota 20. Informações sobre a controlada FDSL em 31 de julho de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	31 de julho de 2025	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo líquido
FDSL	152.828	20.717	132.111	(2.134)	(2.134)
31 de dezembro de 2024					
FDSL	160.009	11.709	148.300	(1.091)	(1.091)

(ii) Em março de 2024, foi dado um perdão de dívida ("waiver") referente a um recebível entre a FDSL e a ODN Holding GmbH, no montante acima, equivalente a US\$ 42.189 mil, vide Nota 9.

5 Instrumentos financeiros por categoria: Os ativos financeiros estão categorizados como demonstrado na tabela:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Ativos		
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	17.691	17.541
Contas a receber (Nota 7)	200.907	147.822
Partes relacionadas (Nota 9)	267.985	150.509
Outros ativos (*)	23.729	6.061
	510.312	321.933

(*) Despesas antecipadas não são consideradas.

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Passivos		
Custo amortizado		
Passivo de arrendamento (Nota 10 b)	12.317	14.616
Fornecedores (Nota 13)	86.072	82.964
Partes relacionadas (Nota 9)	7.561	15.618
Outros passivos	6.720	20
	112.670	113.218

6 Caixa e equivalentes de caixa:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Recursos em conta corrente e em caixa (R\$)	3.408	1.008
Recursos em conta corrente e em caixa (US\$)	13	16.163
Depósitos bancários (R\$)	5.522	370
Depósitos bancários (US\$)	8.748	-
	17.691	17.541

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os depósitos bancários de curto prazo estão representados principalmente por operações pós fixadas em Comprimissadas de curto prazo, com resgate em período inferior a noventa dias da data de contratação, denominadas em reais e em dólares norte-americanos e mantidas principalmente com as seguintes instituições financeiras no Brasil e exterior:

Banco	Ratings de longo prazo em escala internacional	Agência de rating
Itaú	BB+	Fitch Ratings
BTG Pactual	BB	Standard & Poor's

7 Contas a receber: Contas a receber referem-se a valores a receber por contratos de prestação de serviços relativos às unidades de perfuração utilizadas na exploração de petróleo e gás no Brasil, com prazo de recebimento inferior a 365 dias. Historicamente, não houve inadimplência nas contas a receber ou atrasos nas cobranças. Nossos principais clientes são grandes multinacionais que atuam no setor de petróleo e gás e o principal cliente, a Petrobras, possui classificação de grau de investimento atribuído pelas principais agências de rating e foi avaliado: *Fitch "BB"*, *Standard & Poor's "BB"* e *Moody's "Ba1"*. Consulte a Nota 4.1 (a) Risco de crédito.

8 Tributos a recuperar e a recolher:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
(a) Tributos a recuperar		
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a recuperar (i)	60.090	57.332
PIS e Cofins (ii)	16.318	35.686
Outros	8.205	567
	84.613	93.585

(i) Os valores de impostos a recuperar estão principalmente associados a retenções sobre faturas efetuadas por clientes, seguindo as regras fiscais aplicáveis e o crescimento de um ano para o outro, deve-se aos novos contratos operacionais iniciados em 2023 e 2024, conforme descrito na Nota 1. (ii) Em 31 de dezembro de 2024, o total do PIS e Cofins a recuperar refere-se a um crédito tributário realizável mediante processo de compensação e restituição junto à Receita Federal do Brasil. **(b) Tributos a recolher** -

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Imposto de renda e contribuição social	11.989	16.185
ISS	4.824	5.826
PIS e Cofins	5.029	6.316
Outros	1.852	2.523
	23.694	30.850

9 Partes relacionadas: As transações com partes relacionadas decorrem de atividades vinculadas ao exercício regular dos negócios da Companhia e sendo os seguintes os valores de saldos e transações: a) **Remuneração da Administração** - Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração paga para os administradores da Companhia pelos serviços prestados totalizaram R\$ 6.479 (R\$ 6.035 em 31 de dezembro de 2023) e estão apresentados nas demonstrações do resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas". De acordo com os termos e condições do Processo RE, determinou que 1,5% das ações em circulação da Foresea sejam reservadas à administração executiva. Assim, o Conselho de Administração adotou o Plano de Incentivo à Administração, concedendo e destinando 1,5% das ações restritas e não volantes da Foresea à diretoria executiva da Companhia. b) **Partes relacionadas:**

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	Ativo	31 de dezembro de 2025	Passivo	31 de dezembro de 2024
FDSL (i)	-	-	-	-	12.384	-
ODN I GmbH (ii)	98.489	28.582	7.561	-	1.008	-
Norbe Six (ii)	31.851	14.393	-	-	-	-
Norbe Eight (ii)	54.347	92.245	-	-	-	-
Norbe Nine (ii)	83.298	15.289	-	-	-	-
Ocyan S.A. (iii)	-	-	-	7.561	2.226	-
Total	267.985	150.509	7.561	7.561	15.618	-
Circulante	267.985	150.509	7.561	7.561	15.618	-
Não circulante	-	-	-	-	-	-
Total	267.985	150.509	7.561	7.561	15.618	-

Em 31 de dezembro de 2024, o contas a pagar era referente ao contrato de mútuo que foi liquidado em 31 de março de 2025. (ii) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o contas a receber refere-se à prestação de serviços técnicos e manutenção mediante contratos de AMA (*Asset Management Agreement*) com o prazo de recebimento inferior a 365 dias; (iii) Em 31 de dezembro de 2024, o contas a pagar era referente a prestação de serviços de manutenção por MSO. **10 Direito de uso e passivo de arrendamento:** A Companhia tem registrado como direito de uso, os seguintes contratos: (i) aluguel *Build-to-Suit* de uma área de 997m² do edifício onde fica localizada a sede da Companhia no Rio de Janeiro; (ii) aluguel *Build-to-Suit* de uma área de 3.150m² do edifício onde fica localizada a sede da Companhia em Macaé; (iii) aluguel, em Macaé, de uma área de 5.000m² de área coberta, para utilização de base operacional com escritórios e estações de trabalho e área de 25.000m² de área externa. Todos os contratos mencionados acima, foram celebrados em 2023, a Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do espaço específico do edifício, assim como possibilita o direcionamento do seu uso. Como contrapartida, a Companhia tem a obrigação de realizar pagamentos mensais conforme estabelecido no contrato. Com relação ao passivo de arrendamento, a Companhia mensurou ao valor presente dos pagamentos remanescentes, utilizando a taxa incremental na data da aplicação inicial, calculada a partir de taxa representativa do custo de capital de terceiros da Companhia, a partir de operação equivalente realizada. Após a data de início, o passivo de arrendamento é mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento e reduzindo o valor contábil para refletir os pagamentos dos aluguéis efetuados. Segue abaixo a movimentação da conta de direito de uso:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Saldo início do exercício	13.082	15.630
Adição referente a contratos de aluguel	1.781	1.545
Depreciação do exercício	(4.606)	(4.093)
Saldo ao final do exercício	10.257	13.082
Custo	21.181	19.400

Foresea S.A. CNPJ/MF Nº 37.964.448/0001-35		Foresea	
14 Obrigações sociais e trabalhistas:			
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	
Provisão de férias e encargos	65.708	60.144	
Provisão de encargos trabalhistas sobre folha	5.259	2.137	
Provisão de FGTS	4.301	4.212	
Provisão de PLR	55.960	49.854	
Outros	2.667	1.798	
	<u>133.895</u>	<u>118.145</u>	
15 Provisões e Contingências: (a) Provisões - Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu o montante de R\$ (R\$ 17.037 em 31 de dezembro de 2024), relativo as seguintes provisões:			
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	
Trabalhistas	13.498	14.859	
Cíveis	2.179	2.178	
	<u>15.677</u>	<u>17.037</u>	
(b) Contingências - A Companhia também possui processos trabalhistas, cíveis e tributários, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis pela Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, nenhuma provisão foi contabilizada no valor estimado de R\$ 50.861 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 36.225 em 31 de dezembro de 2024). Por outro lado, a Companhia também possui processos fiscais, nos quais aparece como autor. A administração estimou o valor em aproximadamente R\$ 65.171 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 36.350 em 31 de dezembro de 2024). Nenhum ativo contingente foi reconhecido na data do balanço.			
16 Patrimônio líquido: (a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital integralizado da Companhia era de R\$ 13.600, dividido em 13.600.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O último aumento de capital no valor total de R\$ 1.000 divididos em 1.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ocorreu em março de 2024. (b) Reserva de capital - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo da reserva de capital era de R\$ 640.615, com o último aporte realizado em caixa na reserva de capital no valor total de R\$ 107.500 em março de 2024. (c) Ajuste de avaliação patrimonial - Em 2024, o saldo acumulado da conversão do balanço da subsidiária sediada no exterior, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, conforme descrito na Nota 2.3, porém, foi totalmente reclassificada para resultado financeiro, após a perda de controle conforme citado em Nota 1.2. 17 Receita líquida: A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue.			
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	
<i>Unidades próprias</i>			
Serviços de operação	1.140.099	928.188	
<i>Unidades de terceiros</i>			
Serviços de operação	201.748	146.317	
<i>Partes relacionadas</i>			
Serviços de operação	487.451	589.988	
Receita operacional bruta	1.829.298	1.664.493	
PIS	(22.140)	(17.761)	
COFINS	(101.980)	(81.856)	
ISS e outros	(36.693)	(33.348)	
Impostos sobre a receita	(160.813)	(132.965)	
Receita operacional líquida	<u>1.668.485</u>	<u>1.531.528</u>	
18 Custo dos serviços prestados:			
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	
Pessoal	(761.665)	(664.727)	
Serviços de terceiros	(521.715)	(538.975)	
Materiais, energia e outros	(146.689)	(128.117)	
Depreciação e amortização	(16.363)	(15.708)	
Outros custos	(61.168)	(45.958)	
	<u>(1.507.600)</u>	<u>(1.393.485)</u>	
19 Despesas Gerais e Administrativas:			
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	
Pessoal	(87.649)	(95.766)	
Serviços de terceiros	(14.160)	(19.296)	
Remuneração dos administradores	(6.479)	(6.035)	
Depreciação e amortização	(4.381)	(3.896)	
Outros custos	(4.559)	(4.831)	
	<u>(117.228)</u>	<u>(129.824)</u>	
20 Resultado financeiro, líquido:			
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	
Despesa financeira			
Despesa de variação cambial	(23.040)	(8.073)	
Juros de passivo de arrendamento	(1.830)	(2.240)	
Despesa com garantias	(18)	-	
Outros	(4.557)	(2.866)	
	<u>(29.445)</u>	<u>(13.179)</u>	
Receita financeira			
Receita de variação cambial (i)	22.242	14.305	
Rendimento de caixa e equivalente de caixa	3.041	2.825	
Outros	5.394	3.242	
	<u>30.677</u>	<u>20.372</u>	
	<u>1.232</u>	<u>7.193</u>	
Resultado financeiro, líquido			
(i) inclui o montante de R\$ 14.174, referente à baixa do ajuste acumulado de conversão (CTA) em decorrência da alienação da controlada FDSL, conforme descrito na Nota 11(i).			
21 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: O imposto de renda e a contribuição social correntes apurados no resultado da Foresea S.A. são apresentados conforme abaixo:			
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	
Imposto de renda	7.571	-	
Contribuição social	2.801	-	
	<u>10.372</u>	<u>-</u>	
Para o exercício de 2025, foram apresentados montantes de imposto de renda corrente e contribuição social, uma vez que a Companhia registrou lucro fiscal no exercício corrente, o que não ocorreu em seu ano comparativo de 2024, do qual foi apurado prejuízo fiscal/base de cálculo negativa no montante de R\$ 5.081, sob o qual não foi registrado ativo fiscal diferido de R\$ 1.727, em razão de sua imaterialidade e pela Companhia não possuir expectativa de utilização de eventual ativo diferido. (a) Efeito dos resultados do imposto de renda - A taxa de imposto utilizada para as reconciliações baseia-se nas taxas			
DIRETORIA: Rogerio Luis Murat Ibrahim Heitor Luiz Gioppo Patricia Perez Ruiz Sayao Mario Luiz Nano Gomes Carolina Ferreira Caetano da Silva Lemos Marco Aurelio Costa Cruz Fonseca Hygo Souza dos Santos. CONTADORA: Juciane Pereira da Silva Cavaleiro - CRC- RJ 112422/O			
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras			
Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Foresea S.A. - Rio de Janeiro- RJ			
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Foresea S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Foresea S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB).			
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.			
Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo <i>International Standards Accounting Board</i> (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.			
Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções			
podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:			
<ul style="list-style-type: none"> • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. 			
Rio de Janeiro, 06 de abril de 2026.			
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. - CRC SP-025.583/F-2 Thiago Bragatto - Contador CRC 1SP-234.100/O-4			



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>